

PROGRAMA DE INTEGRIDADE

Política de Retenção e Eliminação de Dados Pessoais



1. DO OBJETIVO

Esta **Política de Retenção e Eliminação de Dados Pessoais** (“**Política**”) foi elaborada pela **BRAVEO**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 79.942.272/0004-03, com sede na Rua Dr. Geraldo Campos Moreira, nº 375, Itaim Bibi, São Paulo/SP, observando-se a conformidade com a [Política de Privacidade](#) da empresa.

A Política de Retenção e Eliminação de Dados Pessoais estabelece diretrizes e procedimentos para a coleta, armazenamento, retenção e eliminação de dados pessoais coletados pela **BRAVEO**, com o objetivo de garantir a privacidade e a proteção dos dados pessoais de nossos clientes, funcionários e outras partes interessadas, em conformidade com as legislações aplicáveis.

2. DAS DEFINIÇÕES

“Braveo”:

Significa a holding **BRAVEO** em conjunto com todas as demais empresas por esta controladas e/ou coligadas, que sejam pertencentes ou venham a integrar o seu ecossistema **BRAVEO**.

Significa, quando referidos no singular ou plural, os diretores estatutários e os membros do Conselho de Administração da **BRAVEO**.

Significa o público interno da **BRAVEO**, ou seja, os sócios, diretores estatutários e os empregados das empresas pertencentes ao Grupo, incluindo seus administradores, estagiários e aprendizes, considerando todos os seus segmentos de negócios, marcas e divisões

“Administrador(es)”:

Significa, quando referidos no singular ou plural, os diretores estatutários e os membros do Conselho de Administração da **BRAVEO**.

“Colaboradores”:

Significa o público interno da **BRAVEO**, ou seja, os sócios, diretores estatutários e os empregados das empresas pertencentes ao Grupo, incluindo seus administradores, estagiários e aprendizes,

considerando todos os seus segmentos de negócios, marcas e divisões.

“Terceiro”:

Significa os profissionais contratados pela **BRAVEO** que não sejam Colaboradores e/ou Administradores

“Contratos”:

Documento celebrado pela **BRAVEO**, devidamente autorizado pela alçada competente, para formalizar contratações, tais como, mas não limitada: compra e venda de produtos, compra e venda de serviços, doações, alienações de bens móveis e imóveis, transporte, confissões de dívida, locação de bens móveis e imóveis, empréstimo/mútuo, comodato, empreitada, depósito (armazenagem), franquias, representações comerciais, corretagem, seguro, fiança, compromissos/promessas, termos de sigilo e confidencialidade, propostas vinculativas, dentre outros.

“Área Jurídica”:

Significa a Área Jurídica da **BRAVEO**.

“Estatuto Social”:

Significa o Estatuto Social das empresas da **BRAVEO** e suas alterações.

PROGRAMA DE INTEGRIDADE

Política de Retenção e Eliminação de Dados Pessoais

“Política”:

A presente Política de Retenção e Eliminação de Dados Pessoais.

“Dados Pessoais”:

É qualquer informação que possa identificar diretamente ou indiretamente uma pessoa física, como nome, endereço, número de telefone, e-mail, entre outros.

“Retenção de Dados”:

É o período durante o qual os dados pessoais são armazenados pela empresa após a coleta.



“Eliminação de Dados”:

É a remoção permanente e segura dos dados pessoais de nossos sistemas e arquivos.

3. POR QUE RETER DADOS PESSOAIS POR PERÍODO LIMITADO?

No exercício de nossas atividades, precisamos realizar a coleta e o armazenamento de Dados Pessoais dos indivíduos envolvidos nas operações que desempenhamos diariamente, sejam sócios, colaboradores, fornecedores, parceiros, clientes ou candidatos em processos seletivos. Contudo, em atenção à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) e demais legislações aplicáveis, somente armazenaremos tais dados por um período específico, eliminando-os quando:

- (i) A finalidade do tratamento for alcançada;
- (ii) Os Dados Pessoais deixarem de ser necessários ou pertinentes para nossas atividades; ou
- (iii) O Titular desejar a eliminação de dados pessoais coletados com base no consentimento.

4. QUAIS AS HIPÓTESES DE CONSERVAÇÃO DOS DADOS PESSOAIS DIANTE DO TÉRMINO DO TRATAMENTO?

De acordo com a LGPD, em alguns casos os Dados Pessoais não precisarão ser eliminados, quando houver:

- (i) Cumprimento de obrigação legal ou regulatória;
- (ii) Necessidade de posterior transferência a terceiro, respeitados os requisitos para o tratamento dos dados;
- e
- (iii) Uso exclusivo da **BRAVEO** com os dados anonimizados, vedado seu acesso por terceiro.

5. DOS PROCESSOS DE ELIMINAÇÃO E ANONIMIZAÇÃO DOS SEUS DADOS PESSOAIS

Após a finalização do processo de tratamento de um Dado Pessoal, nos termos estipulados nesta Política, a **BRAVEO** procederá à sua eliminação ou anonimização, de acordo com a melhor conveniência e respeitadas as determinações legais. Nos termos da LGPD, os processos de eliminação e anonimização serão definidos como:

- (i) **Eliminação:** exclusão do dado ou do conjunto de dados armazenados em banco de dados, independentemente do procedimento empregado, de forma definitiva; e

PROGRAMA DE INTEGRIDADE
Política de Retenção e Eliminação de Dados Pessoais



(ii) **Anonimização:** utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis no momento do tratamento, por meio dos quais um dado perde para sempre a possibilidade de associação, direta ou indireta, a um indivíduo.

Havendo a eliminação dos Dados Pessoais retidos, nós asseguramos que o processo será definitivo e irreversível. Caso a anonimização dos Dados Pessoais for viável, possibilitando a continuidade do seu tratamento pela **BRAVEO**, sem a identificação do titular, o procedimento será registrado para eventuais auditorias futuras.

6. DAS EXCEÇÕES

Certas circunstâncias podem exigir a retenção de dados pessoais por prazos mais longos do que os mencionados nesta política, como obrigações legais, litígios pendentes ou investigações governamentais. Nesses casos, a empresa garantirá que a retenção esteja em conformidade com as leis e regulamentos aplicáveis.

7. DA RESPONSABILIDADE

As equipes envolvidas na coleta, processamento e armazenamento de dados pessoais serão responsáveis pelo cumprimento desta Política. O encarregado de proteção de dados (DPO) da empresa monitorará o cumprimento das diretrizes e promoverá a conscientização dos envolvidos quanto a importância da privacidade e proteção de dados.

8. DA REVISÃO

Esta Política de Retenção e Eliminação de Dados Pessoais será revisada periodicamente para garantir que esteja atualizada e em conformidade com as leis e regulamentos aplicáveis.

9. DA APROVAÇÃO

SITUAÇÃO	NOME	CARGO/FUNÇÃO	DATA
ELABORADO POR	Antonielle Freitas (Viseu Advogados)	DPO	01/09/2024
	Mariana Salmazo	Coordenadora Jurídica	01/09/2024
REVISADO POR	Marcus Vinicius Diniz	Gerente de Infraestrutura e Segurança da Informação	06/09/2024
APROVADO POR	Mirela Laperas Fernandes de Andrade	Diretora Jurídica e Compliance	12/09/2024

PROGRAMA DE INTEGRIDADE
Política de Retenção e Eliminação de Dados Pessoais



10. DA COMUNICAÇÃO

Em caso de quaisquer dúvidas em relação à Política, seu preenchimento ou interpretação, contate nosso Encarregado: <https://www.canaldatransparencia.com.br/lgpdbraveo/>
Privacidade-dados@braveo.com.br

Caso queira fazer uma denúncia, reportar suas preocupações e/ ou realizar consultas a área de Compliance, adotar os canais abaixo, em nosso Canal da Transparência:

<https://www.canaldatransparencia.com.br/lgpdbraveo/>

Documento Interno

PROGRAMA DE INTEGRIDADE
Política de Retenção e Eliminação de Dados Pessoais

BRAVEO

ANEXO I

• **OPERAÇÕES: DADOS CLIENTES E FORNECEDORES**

ÁREA	DADOS	INÍCIO DO PRAZO LEGAL DE RETENÇÃO (conforme hipóteses de tratamento)	DURAÇÃO DO PRAZO LEGAL DE RETENÇÃO	FUNDAMENTAÇÃO DO PRAZO LEGAL DE RETENÇÃO	OBSERVAÇÕES	
DADOS DE CLIENTES						
OPERACÕES	Cadastrais - Nome Completo - Gênero - RG e CPF - Data de Nascimento - Endereço - Telefone - E-mail	Se Contrato (LGPD 7º, V): Após o término do Contrato/relação Se Consentimento (LGPD 7º, I): Revogação Se Legítimo Interesse (LGPD 7º, IX): Oposição	Prazo Legal Mínimo 05 anos	Prazo Legal Mínimo Artigo 27, CDC ou 206, §3º, V, CC Base LGPD LGPD – art. 16, I	Não sendo o cliente o consumidor, considerar o prazo de guarda de 03 anos do artigo 206, §3º, V do Código Civil.	
	Pagamento - Dados de Pagamento - Endereço de cobrança - Comprovaentes de pagamento/transferência - Conta bancária	Se Contrato (LGPD 7º, V): Após o término do Contrato/relação	Prazo Legal Mínimo 05 anos	Prazo Legal Mínimo Artigo 27, CDC ou 206, §3º, V, CC Base LGPD LGPD – art. 16, I	Não sendo o cliente o consumidor, considerar o prazo de guarda de 03 anos do artigo 206, §3º, V do Código Civil.	
	DADOS DE FORNECEDORES					
	Dados do representante legal - RG e CPF - Data de Nascimento - Endereço - Telefone - E-mail	Se Contrato (LGPD 7º, V): Após o término do Contrato/relação Se Consentimento (LGPD 7º, I): Revogação <u>ou</u> Fim da validade Se Legítimo Interesse (LGPD 7º, IX): Oposição	Prazo Legal Mínimo 05 anos	Prazo Legal Mínimo Artigo 206, §5º, I do CC Base LGPD LGPD – art. 16, I		
Pagamento - Dados de Pagamento - Endereço de cobrança - Comprovaentes de pagamento/transferência	Se Contrato (LGPD 7º, V): Após o término do Contrato/relação	Prazo Legal Mínimo 05 anos	Prazo Legal Mínimo 206, §5º, I, CC Base LGPD LGPD – art. 16, I			

PROGRAMA DE INTEGRIDADE
Política de Retenção e Eliminação de Dados Pessoais



• DEPARTAMENTO PESSOAL – DADOS DE COLABORADORES

ÁREA	DADOS	INÍCIO DO PRAZO LEGAL DE RETENÇÃO (conforme hipóteses de tratamento)	DURAÇÃO DO PRAZO LEGAL DE RETENÇÃO	FUNDAMENTAÇÃO DO PRAZO LEGAL DE RETENÇÃO	OBSERVAÇÕES
DEPARTAMENTO PESSOAL	DADOS DE COLABORADORES				
	Qualificação <ul style="list-style-type: none"> · Nome Completo · RG · CPF · Data de Nascimento · Endereço · Telefones para contato · E-mail · Número da Carteira de Trabalho (CTPS) · Número de passaporte · Número Título de Eleitor · Dados de Ficha Salário Maternidade · Declaração Salário Família · Dados de dependentes · Dados financeiros · Cópias de documentos · Numeração de identificação · Histórico de experiência profissional · Histórico e treinamentos · Carta de demissão · Termo de rescisão do contrato de trabalho · Comunicação de aviso prévio · Controle de ponto (físico) 	Se Contrato (LGPD 7º, V): Desligamento do colaborador	Prazo Legal Mínimo 05 anos	Prazo Legal Mínimo Art. 7º, XXIX, CF; Art. 11 da CLT; Base LGPD LGPD – art. 16, I	EXCEÇÃO - Ponto eletrônico - O prazo da prescrição trabalhista é de 5 anos, mas prevalece o maior de 10 anos para efeitos de conservação (vide Anexo VIII, da Portaria 671 de 2021, artigo 4)
Dados escolares <ul style="list-style-type: none"> · Conhecimento em idiomas · Formação 					
	Antecedentes criminais				

PROGRAMA DE INTEGRIDADE
Política de Retenção e Eliminação de Dados Pessoais

BRAVEO

• **DEPARTAMENTO PESSOAL – DADOS DE COLABORADORES**

ÁREA	DADOS	INÍCIO DO PRAZO LEGAL DE RETENÇÃO (conforme hipóteses de tratamento)	DURAÇÃO DO PRAZO LEGAL DE RETENÇÃO	FUNDAMENTAÇÃO DO PRAZO LEGAL DE RETENÇÃO	OBSERVAÇÕES
	Documentos relativos ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)	Se Contrato (LGPD 7º, V): Desligamento do colaborador	Prazo Legal Mínimo 30 anos	Prazo Legal Mínimo Art. 23, caput e §5º da Lei n. 8036/90 e SÚM. 362, TST	I Para os casos em que a ciência da lesão ocorreu a partir de 13.11.2014, é quinquenal a prescrição do direito de reclamar contra o não-recolhimento de contribuição para o FGTS, observado o prazo de dois anos após o término do contrato; II Para os casos em que o prazo prescricional já estava em curso em 13.11.2014, aplica-se o prazo prescricional que se consumir primeiro: trinta anos, contados do termo inicial, ou cinco anos, a partir de 13.11.2014 (STF-ARE-709212/DF).
	Registros de funcionários Contratos de trabalho	Se Contrato (LGPD 7º, V): Desligamento do colaborador	Prazo Legal Mínimo Tempo indeterminado	Prazo Legal Mínimo Art. 628, CLT	Trata-se de informação declaratória - que segundo a doutrina é imprescritível.

PROGRAMA DE INTEGRIDADE
Política de Retenção e Eliminação de Dados Pessoais



• DEPARTAMENTO PESSOAL – DADOS DE COLABORADORES

ÁREA	DADOS	INÍCIO DO PRAZO LEGAL DE RETENÇÃO (conforme hipóteses de tratamento)	DURAÇÃO DO PRAZO LEGAL DE RETENÇÃO	FUNDAMENTAÇÃO DO PRAZO LEGAL DE RETENÇÃO	OBSERVAÇÕES
	Perfil Profissiográfico Previdenciário	Se Contrato (LGPD 7º, V): Desligamento do colaborador	Prazo Legal Mínimo 20 anos	Prazo Legal Mínimo Art. 178, §11, Instrução Normativa INSS nº. 11/2006 Base LGPD LGPD – art. 16, I	
	Número PIS	Se Contrato (LGPD 7º, V): Desligamento do colaborador	Prazo Legal Mínimo 05 anos	Prazo Legal Mínimo Art. 7º, XXIX, CF. Art. 11 da CLT Base LGPD LGPD – art. 16, I	Os comprovantes de pagamento do PIS deverão ser armazenados pelo prazo de no mínimo 20 anos, conforme Arts. 3 e 10º do Decreto-Lei n.º 2.052/83
	Dados Médicos (dado pessoal sensível)	Se Contrato (LGPD 7º, V): Desligamento do colaborador	Prazo Legal Mínimo 20 anos	Prazo Legal Mínimo Subitens 7.4.1, 7.4.2, e 7.4.5 e 7.4.5.1 da NR 7 Base LGPD LGPD – art. 16, I	Prontuário médico, Comunicação de Alta de colaborador, Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO), Atestados de Saúde Ocupacional - ASO: Admissional, Demissional, Periódico, Retorno ao Trabalho e Mudança de Função
	Dados de Filiação Sindical (dado pessoal sensível)	Se Contrato (LGPD 11º, II, d): Desligamento do colaborador	Prazo Legal Mínimo 05 anos	Prazo Legal Mínimo Art. 7º, XXIX, CF. Art. 11 da CLT Base LGPD LGPD – art. 16, I	

PROGRAMA DE INTEGRIDADE
Política de Retenção e Eliminação de Dados Pessoais



• DEPARTAMENTO PESSOAL - DADOS DE CANDIDATOS A VAGA DE EMPREGO

ÁREA	DADOS	INÍCIO DO PRAZO LEGAL DE RETENÇÃO (conforme hipóteses de tratamento)	DURAÇÃO DO PRAZO LEGAL DE RETENÇÃO	FUNDAMENTAÇÃO DO PRAZO LEGAL DE RETENÇÃO	OBSERVAÇÕES
	DADOS DE CANDIDATOS A VAGA DE EMPREGO				
	Cadastrais <ul style="list-style-type: none"> - Nome completo - RG - CPF - Gênero - Data de nascimento - Endereço residencial - Telefones para contato - E-mail - Nacionalidade - Naturalidade - Cópia de documentos Dados profissionais e acadêmicos <ul style="list-style-type: none"> - Histórico profissional - Informações acadêmicas e cursos extracurriculares <ul style="list-style-type: none"> - Conhecimento em idiomas - Testes seletivos - Histórico de treinamentos - Número de registro no órgão de classe - Carta de referência Antecedentes criminais	A contar do início do processo seletivo	Prazo Legal Mínimo 03 anos	Prazo Legal Mínimo Art. 206, §3º, V Base LGPD Art. 16, I, LGPD	Em caso de candidato que compôs o quadro de colaboradores, observar prazos dispostos na seção "Colaboradores"

PROGRAMA DE INTEGRIDADE
Política de Retenção e Eliminação de Dados Pessoais



- T.I

ÁREA	DADOS	INÍCIO DO PRAZO LEGAL DE RETENÇÃO (conforme hipóteses de tratamento)	DURAÇÃO DO PRAZO LEGAL DE RETENÇÃO	FUNDAMENTAÇÃO DO PRAZO LEGAL DE RETENÇÃO	OBSERVAÇÕES
DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DIGITAL					
T.I.	Navegacionais <ul style="list-style-type: none"> Endereço IP e Porta Lógica de Origem / IMEI Informações sobre o dispositivo (p. ex. versão do sistema operacional) Geolocalização Registros de data e horário de cada ação realizada Telas acessadas ID da sessão Logs dos sistemas eletrônicos 	A contar da atividade do usuário no sistema	Prazo Legal Mínimo 03 anos	Prazo Legal Mínimo Art. 206, §3º, V, CC. Gerenciamento em conformidade com o domínio 11 da ISO 27002 Base LGPD LGPD – art. 16, I	
	Logs de Consentimento	A contar da manifestação de vontade do usuário no sistema	Prazo Legal Mínimo 05 anos	Prazo Legal Mínimo Art. 7º, XXIX, CF. Art. 11 da CLT Base LGPD LGPD – art. 16, I	
	Dados de biometria (<i>dado pessoal sensível</i>)	Se Consentimento (LGPD 11º, I): Revogação ou Fim da validade Se Autenticação/Prevenção à fraude (LGPD 11º, II, g): A contar da coleta através dos ambientes físicos ou lógicos	Prazo Legal Mínimo 05 anos	Prazo Legal Mínimo Artigo 27, CDC 206, §3º, I, CC Base LGPD LGPD – art. 16, I	Imagem, impressão digital, som e voz para fins de autenticação ou na oferta de produtos ou serviços.

PROGRAMA DE INTEGRIDADE

Política de Retenção e Eliminação de Dados Pessoais

BRAVEO

• **FINANCEIRO/ CONTÁBIL E FISCAL / JURÍDICO/ RH/ MARKETING**

ÁREA	DADOS	INÍCIO DO PRAZO LEGAL DE RETENÇÃO (conforme hipóteses de tratamento)	DURAÇÃO DO PRAZO LEGAL DE RETENÇÃO	FUNDAMENTAÇÃO DO PRAZO LEGAL DE RETENÇÃO	OBSERVAÇÕES
FINANCEIRO / CONTÁBIL / FISCAL					
FINANCEIRO / CONTÁBIL / FISCAL	<ul style="list-style-type: none"> · Contas a pagar/receber · Livros Contábeis · Folhas de pagamento · Registros de empréstimos, despesas e cobranças · Recibos de pagamentos de salário, férias e 13º · Recibos de entrega de VT e Ticket Refeição · Registros fiscais da Previdência Social · Contas, recibos e comprovantes de cumprimento de obrigações fiscais · Registros do recolhimento de impostos aplicáveis à empresa · Registros bancários e de verificação · Planos e orçamentos anuais · Relatórios de auditorias externas e internas · Autorizações de descontos 	Se Cumprimento de Obrigação Legal (LGPD 7º, II): A partir do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado	Prazo Legal Mínimo 05 anos	Prazo Legal Mínimo Artigos 173 e 174, CTN Artigo 206, parágrafo 5º, inciso I, CC Art. 7º, XXIX, CF	
		Se Contrato (LGPD 7º, V): Desligamento do colaborador			
JURÍDICO					
JURÍDICO	<ul style="list-style-type: none"> · Documentos cíveis e societários - geral · Arquivos de due diligence · Investigações e arquivamentos de antitruste · Contratos em geral que contenham dados dos representantes legais das partes. 	Após o término do Contrato/Operação/Investigação	Prazo Legal Mínimo 10 anos	Prazo Legal Mínimo Artigo 205, CC	
RH					
RH	<ul style="list-style-type: none"> · Empréstimo consignado (colaborador) · Reivindicações, litígios e outras disputas, e toda documentação relacionada · Acordos de prorrogação e compensação de horas 	Se Contrato (LGPD 7º, V): Desligamento do colaborador Se Cumprimento de Obrigação Legal e/ou Exercício Regular de Direitos (LGPD 7º, II e VI): Após o trânsito em julgado da ação	Prazo Legal Mínimo 05 anos	Prazo Legal Mínimo Arts. 11, CLT e 206, parágrafo 5º, CC	
MARKETING - DADOS DE CLIENTES / CONSUMIDORES					
MARKETING	Cadastrais <ul style="list-style-type: none"> · Nome Completo · Gênero · RG e CPF · Data de Nascimento · Endereço · Telefone · E-mail 	Se Contrato (LGPD 7º, V): Após o término do Contrato/relação Se Consentimento (LGPD 7º, I): Revogação Se Legítimo Interesse (LGPD 7º, IX): Oposição	Prazo Legal Mínimo 05 anos	Prazo Legal Mínimo Artigo 27, CDC ou 206, §3º, V, CC Base LGPD LGPD – art. 16, I	